



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/09/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Sabesp recebe aval para contratação de bancos para oferta de ações

A Sabesp anunciou no final da noite de segunda-feira (18) que o Conselho de Desestatização do Estado de São Paulo decidiu recomendar o andamento dos trabalhos de privatização da maior companhia de água e esgoto do Brasil.

A recomendação se deu na forma de autorização para que a Sabesp selecione e contrate bancos coordenadores de uma futura oferta pública de ações, em um modelo semelhante à privatização da Eletrobras.

O conselho também aprovou que a secretarias estaduais de Parcerias em Investimentos e de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística encaminhem o anteprojeto de lei de desestatização da empresa ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), grande defensor da privatização da companhia.

O processo de desestatização da empresa deu um grande avanço quando a cidade de São Paulo aderiu em meados de agosto à regionalização de serviços de água e esgoto no âmbito do marco do saneamento.

Na ocasião, analistas do JPMorgan mantiveram valor justo de R\$ 100 por ação para a Sabesp privatizada, embora vissem riscos de concretização da desestatização da companhia.

As ações da Sabesp fecharam na véspera a R\$ 60,57, acumulando alta de cerca de 9% no ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de setembro.

Sindicato cobra 12% de contribuição, exige R\$ 150 para recusa e gera polêmica após decisão do STF

Um sindicato de Sorocaba e região virou motivo de polêmica entre trabalhadores e nas redes sociais após a convenção coletiva da categoria de 2023/2024 trazer a cobrança de contribuição assistencial de 12% sobre salários dos profissionais ou pagamento de uma taxa de R\$ 150 para quem se opuser à cobrança.

Embora as negociações entre o Seaac, sindicato que representa o setor de agentes autônomos, e as empresas tenham ocorrido antes do julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a contribuição assistencial, as exigências da convenção chegaram aos trabalhadores na semana passada, após a decisão da corte, o que aumentou a indignação de quem é contra.

Em julgamento que terminou na segunda-feira (11), os ministros definiram que é constitucional a cobrança de contribuição assistencial de trabalhadores, sindicalizados ou não, desde que definida em assembleia e com direito à oposição.

Desde sexta-feira (15), trabalhadores têm procurado a entidade com cartas para rejeitar a cobrança. O prazo final para dizer que não quer pagar a contribuição terminaria no sábado (16), mas foi prorrogado pelo sindicato até esta quarta-feira (20).

O assunto veio à tona ao ser publicado no X, ex-Twitter, pelo vereador Ramiro Rosário (PSDB), de Porto Alegre. Nas redes, o parlamentar detalhou parte do texto da convenção coletiva e condenou a medida, ligando-a ao que foi julgado pelos ministros.

"Sindicato exige 12% do salário do trabalhador no 'novo imposto sindical', dá apenas dez dias para oposição e cobra 'pedágio' de R\$ 150 para quem se opuser. Surreal! Já começaram os abusos sindicais", disse, em publicação que já tem quase 700 mil visualizações.

Em entrevista à Folha, ele contou que foi procurado por parente de uma trabalhadora da cidade, que estava "apavorada" pelo curto prazo para se opor ao pagamento, cujo encerramento seria no dia seguinte ao que ela fez a denúncia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de setembro.

Preço de combustíveis é ponto de incerteza para inflação dentro da meta, diz FGV

A inflação brasileira ainda tem espaço para fechar o ano de 2023 abaixo do teto da meta. No entanto, os preços dos combustíveis e seus efeitos indiretos sobre a economia representam o "grande ponto de incerteza" para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A avaliação é do economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Apesar da recente subida das cotações do petróleo, o que pode compensar o impacto de eventuais altas dos combustíveis no Brasil é a queda dos preços dos alimentos, segundo o pesquisador.

O IPCA, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), serve como referência para a meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central).

No acumulado de 2023, o centro da medida é de 3,25%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar dentro desse intervalo até dezembro.

Braz participou nesta terça-feira (19) da divulgação dos novos dados do IPGF (Índice de Preços dos Gastos Familiares), indicador lançado neste ano pelo FGV Ibre. Nesta quarta (20), o Copom (Comitê de Política Monetária) anuncia a taxa básica de juros — instrumento usado para conter a inflação.

"Ainda há espaço para a gente ter no IPCA uma inflação dentro do intervalo de tolerância da meta. Quer dizer, um número até 4,75%, mesmo se a Petrobras divulgar novos reajustes", afirma Braz. "Do outro lado, a alimentação vem caindo de preço. Os alimentos estão compensando outras fontes de pressão."

Na mediana, as projeções de analistas do mercado financeiro apontam IPCA de 4,86% em 2023, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada na segunda (18) pelo BC. A estimativa está acima do teto da meta, mas diminuiu em relação ao relatório anterior (4,93%).

Braz, no entanto, destaca que a recente alta dos preços do petróleo no mercado internacional pode forçar reajustes em produtos como a gasolina e o óleo diesel no Brasil.

Nesta terça, a gasolina vendida nos polos da Petrobras apresentava defasagem de 9% em relação aos preços internacionais, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). O último reajuste anunciado pela estatal ocorreu em meados de agosto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de setembro.

Dívidas com contas de água e luz atingem recorde, diz Serasa

As contas de serviços essenciais, como luz, água, gás e telefone, representaram em agosto 25% das dívidas pendentes dos brasileiros.

Trata-se do maior patamar para esse tipo de dívida desde o início da série histórica, em janeiro de 2019. Os dados fazem parte de um estudo da Serasa antecipado à Folha.

O levantamento também mostra que a inadimplência voltou a subir no Brasil em agosto, com 320 mil devedores a mais do que em julho. Ao todo, 71,74 milhões de pessoas estavam no cadastro de nome sujo.

Desse total, 50,4% são mulheres e 49,6% são homens. As faixas etárias mais afetadas são de 41 a 60 anos de idade (35%) e de 26 a 40 anos (34,5%).

Do total de contas atrasadas, 24,47% eram do tipo de serviços essenciais em agosto —houve alta de 0,53 pontos percentuais ante o mês anterior. O número de dívidas nas contas básicas cresceu 2,97 p.p. desde o início do ano.

Em junho, a quantidade de brasileiros no cadastro de devedores havia caído pela primeira vez no ano, para 71,45 milhões, mesmo antes do início do Desenrola Brasil, como mostrou reportagem da Folha. Julho seguiu a mesma tendência, com a queda para 71,41 milhões de brasileiros.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de setembro.